

**A GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO – REFLEXÕES  
ACERCA DOS TERRITÓRIOS DO TRABALHO  
ABSTRATO E DA RIQUEZA ABSTRATA**

**Wagnervalter Dutra Júnior \***

*wagnervalter@yahoo.com.br*

**Alexandrina Luz Conceição \*\***

*aluz@oi.com.br*

**Resumo** – O presente artigo busca analisar as bases territoriais da contradição capital x trabalho, expressa na constituição dos territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata, constituídos pelos pressupostos espaciais da reprodução ampliada. Os ajustes espaço-temporais que tomaram feição global com o imperialismo são fundamentais para a mundialização do capital e das finanças, apreendendo o trabalho humano nos meandros das escalas circunscritas pelo valor de troca. As formas de mobilidade do capital e do trabalho acabam por atestar a mundialidade da dialética da dependência, centro e periferia são subsumidos à universalização do valor de troca.

**Palavras-Chave:** contradição capital x trabalho, valor, territórios do trabalho abstrato, territórios da riqueza abstrata, mundialização.

---

\* Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – Campus XI (Serrinha – BA). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e Políticas de Reordenamento Territorial vinculado ao CNPQ.

\*\* Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Presidente da AGB Nacional gestão 2008 – 2010. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e Políticas de Reordenamento Territorial vinculado ao CNPQ.

As reflexões aqui desenvolvidas, relacionadas aos territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata, tiveram como base a dissertação de mestrado<sup>1</sup> defendida junto ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Os territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata, constituídos ao longo da história do sistema do capital compreendem a lógica e as bases pressupostas espacialmente para a reprodução ampliada (anômala em muitos aspectos em função da necessária simbiose entre o arcaico e o moderno – acumulação primitiva – mais valia absoluta e relativa coexistindo).

Nesse aspecto os territórios em que as armas (capital) se fazem presentes promovem “milagres econômicos” e desenvolvimentos geográficos desiguais em diversas escalas.

## **1. OS TERRITÓRIOS DO IMPÉRIO DA MAIS-VALIA: IMPERIALISMO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

Na marcha da constituição dos territórios do trabalho abstrato e da riqueza

abstrata a ambiência da centralização e acumulação desenfreada de capital sob formas diversas necessitaram não apenas serem criadas, mas, sobretudo mantidas, garantindo a reprodução das relações sociais de produção e consolidando a apropriação do espaço, a produção de territórios, e o desenvolvimento geográfico desigual.

Sob tal aspecto Harvey (2004) destaca que o imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder, onde cada lógica faz surgir contradições que tem de ser contida pela outra.

Os significados do imperialismo têm relação direta com a coexistência de interesses distintos das diversas frações do capital (industrial, comercial, financeiro), e a estruturação de arranjos espaço-temporais em que a mais-valia não possa sofrer ameaça, apesar das contradições capital x capital.

La actividad capitalista está siempre fundada em algún lugar. Diversos procesos materiales (físicos, ecológicos, como también sociales) deben ser apropiados, usados, para los propósitos y caminos y sendas de la acumulación del capital. Recíprocamente, la acumulación del capital tiene que adaptarse y em algunos momentos transformarse por

<sup>1</sup> A Geografia da Acumulação – territórios do trabalho (abstrato) e da riqueza (abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Luz Conceição.

las condiciones materiales que encuentra (HARVEY<sup>2</sup>, 2007, p. 23).

Essa dimensão territorial da acumulação do capital foi efetivamente mundializada a partir do imperialismo, que estendeu as práticas de acumulação e centralização do capital na escala mundo (universalizando a reprodução ampliada).

Ao analisar o imperialismo como fase superior do capitalismo Lênin<sup>3</sup> já chamava atenção para o acentuar dos monopólios como um dos fatores mais importantes da economia capitalista no início do século XX. Destacava uma particularidade importante do capitalismo desenvolvido, a combinação; que equivaleria a reunião em uma só empresa de diferentes ramos da indústria, que passa a controlar as fases do processo produtivo, desde o processamento e transformação da matéria prima à elaboração do produto. Lênin (2008) recorre a Rudolf Hilferding (O capital financeiro)<sup>4</sup>, para ressaltar que a combinação nivela as diferenças de conjuntura e garante à empresa combinada uma maior estabilidade para a taxa de lucro (2008, p. 19). O sismógrafo da história [e

da geografia] do modo de produção capitalista continua sendo a taxa de lucro como ressaltou Mandel (1985).

O desenvolvimento dos monopólios e suas derivações (trustes, cartéis, etc.) significaram uma socialização mais completa da produção de mercadorias, um domínio e desenvolvimento mais ampliado das forças produtivas e da produtividade do trabalho sob o controle cada vez mais intenso dos monopólios (produção + finanças), todavia a apropriação individual se intensifica (concentração – centralização).

Com as fusões e domínio cada vez mais ampliados dos monopólios os capitalistas utilizam artifícios para manter e ampliar as esferas da reprodução do capital.

O desenvolvimento aponta para os seguintes artifícios utilizados pelos capitalistas que controlam os monopólios (LÊNIN, 2008, baseado na obra *Da Coação à Organização*, do economista alemão Kestner): privação de matérias primas; acordos dos sindicatos com os monopólios para controle da mão de obra por parte deste; privação de vendas; acordo com compradores para manterem a compra nas mãos dos cartéis; diminuição sistemática dos preços; etc. Num segundo momento, após destruir os concorrentes os monopólios desfazem os “sacrifícios” da já ultrapassada “livre concorrência” efêmera, baseada na apreensão acumulada de

---

<sup>2</sup> HARVEY, D. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. In: *GeoBaires, cuadernos de Geografía. Apuntes de geografía y ciencias sociales. Teorías contemporáneas de la Geografía*. UBA-FFyL, Mayo de 2007. Edición, presentación y comentarios Vicente Di Cione.

<sup>3</sup> LÊNIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

<sup>4</sup> Edição Brasileira: HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

trabalho futuro para retomar o processo em nome da mais-valia e da produção de capital, o que acentua a compressão da fórmula geral do capital de  $D - M - D'$  para  $D - D'$ , com os bancos, os fundos de pensão e os fundos mútuos passando a fazer parte da produção simbiótica das mercadorias e finanças.

Traduzindo em linguagem comum, isto significa: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue reinando como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade, encontra-se minada e os lucros principais vão parar com os *gênios* das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores (LÊNIN, 2008, p. 27).

Os cartéis e empresas combinadas potencializam o aumento da composição orgânica do capital (da lei geral da acumulação capitalista), nesse sentido as contradições da regulação capitalista não só

se mantêm como se intensificam. Como já afirmava Lênin (2008, p. 29). “a supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses”, acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento de diferentes ramos da produção capitalista (e da produção do território do capital – trabalho abstrato – trabalho futuro apreendido), mecanismo que expressa relações de violência e dominação oriundas da construção dos monopólios, da centralização e concentração, que as classes trabalhadoras experimentam como um peso cotidiano.

Empresas transnacionais construíram tamanha dominação fruto do poder ‘belicoso’ da concentração – centralização – comportamentos cartelizados que os seus lucros superam o PIB de inúmeros países do centro e da periferia do sistema, demonstrando que a produção dos territórios do trabalho abstrato não obedece a fronteiras delimitadas por governos, mas às fronteiras delimitadas pela sociabilidade do capital.

Tabela: Volume de negócios das maiores transnacionais em comparação com o PIB de países selecionados em bilhões de dólares – 1998 – população em milhões.

<b>Empresa / País</b>	<b>Volume de Negócios</b>	<b>População</b>
General Motors	161,3	-
Polônia	158,6	38
Daimler Chrysler	154,6	-
Ford	144,4	-
Wal Mart	137,6	-
África do Sul	133,5	39
Mitsui	131,6	-
Finlândia	123,5	5
Grécia	120,7	10
Mitsubishi	118,9	-
Itochu	116,8	-
ELF	110,2	-
Portugal	106,7	9
Colômbia	102,7	40
Marubeni	102,5	-
Exxon	100,7	-
General Eletric	100,5	-
Sumimoto	95,5	-
Indonésia	94,2	206
Shell	93,7	-
Toyota	88,5	-
Egito	82,7	66
Irlanda	81,9	3
IBM	81,7	-
Volkswagen	80,5	-
BP Amoco	68,3	-
Filipinas	65,1	72
Paquistão	63,4	148
Honda	52,4	-
Nestlé	52,2	-
Sony	51,2	-
Unilever	47,5	-
Argélia	47,3	-
Bangladesh	42,7	124
Nigéria	41,4	106
Vivendi	33,9	-
Carrefour	32,0	-
ABB	30,9	-
Vietnam	27,2	77
GlaxoSmithKine (a)	26,2	-

Fonte: Touissaint e Milet, com base em dados do PNUD 2000 *apud* Costa, 2008.

Controlam nichos de mercados e ampliam sua esfera de atuação para setores distintos do que os de origem; a GM, a Ford, a Volkswagen se transformaram em Bancos relacionados às atividades da indústria automobilística (e fundações que financiam ciência e canalizam dinheiro para a livre mobilidade do capital); a Mitsubishi,

a Nestlé, a IBM ampliaram a base de atuação para setores químicos, alimentícios, de controle e produção de água mineral<sup>5</sup>, dentre outros. Controlam o território produzindo rendas e extraindo mais-valia; ampliando a escala por meio da equalização-diferenciação geográfica produzindo e reproduzindo o território à imagem e semelhança do capital e de sua funcionalidade; realizando o seqüestro da geografia e da história dos agora bárbaros, barbarizados por constituírem resistências e reminiscências de uma outra temporalidade histórica que se choca com a carcaça do tempo estruturado pelos imperativos do lucro do capital e das finanças.

Transformam o globo em mais um objeto a ser comercializado, põe-se o mundo (e não apenas a Terra) como valor de troca, operando a universalização não apenas da forma valor, mas agora de um “valor” que se reproduz e se nutre da especulação, onde os gênios da maquinação financeira criam a ilusão do dinheiro metafísico, no entanto contam com a estruturação do pensamento único operado pelos ideólogos do neoliberalismo que apontam o mister do fazer “brotar” dinheiro como um dos poucos caminhos a serem seguidos.

As transnacionais controlam de forma totalitária diversos setores das forças produtivas, a produção de tecnologia e valor agregado, inclusive a ciência. Nesse bojo 95% da pesquisa e desenvolvimento mundial são realizados nos países da OCDE; que possuem o domínio do comércio mundial (cifra que atinge 70%), calcado na transferência de renda entre filiais e matriz, num processo que envolve super e subfaturamento (COSTA, 2008).

Constroem o desenvolvimento produzindo distúrbios e disfunções que operam a manutenção da taxa média de lucro intensificando taxas de exploração diferencial à escala mundo.

O capital social total e suas frações encontram os limites estruturais para a reprodução capitalista. Diante das fusões e do grau de centralização em que o desenvolvimento das forças produtivas conduziu a regulação capitalista é possível observar que toda essa imensa máquina capitalista que começa a apresentar coesão relativa pós-imperialismo, não escapa ao aprofundamento do poder do Estado, da dívida que sustenta as finanças, e da produção cada vez mais deslocada de sua base efetiva, a força de trabalho.

A primeira ameaça se coloca em relação à perda constante da substância do valor e a segunda é mais ampla, se enquadra no que Mészáros (2002 e 2009) vem chamando a atenção: a crise é

---

<sup>5</sup> Ver trabalho apresentado nos anais do VI CBG (Goiânia): A água no século XXI: crise ou escassez? (MELLO, 2004).

estrutural e permanente, o que acontece com o país – EUA – que é exemplo mais típico de práticas imperialistas é sintomático. Segundo alerta de MÉSZÁROS (2009 p. 130): “[...] o recente endividamento dos EUA está azedando agora. Esse tipo de economia só avança enquanto o resto do mundo pode sustentar sua dívida”. Inaugura-se o capitalismo da acumulação de riqueza abstrata.

## **2. OS TERRITÓRIOS DO VALOR, DO TRABALHO ABSTRATO E DA RIQUEZA ABSTRATA**

A produção e a realização do valor confrontam-se com inúmeras contradições (capital x trabalho e capital x capital), que apontam para a posição chave do território na reprodução ampliada do capital. As questões relativas à produção do excedente e as reconfigurações que se apresentavam na estrutura do sistema do capital remetiam a intensificação das mediações de segunda ordem: 1) a família nuclear articulada como o ‘microcosmo’ da sociedade que, participando de todas as relações reprodutivas do ‘macrocosmo’ social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos; 2) os meios alienados de produção e suas ‘personificações’, pelos quais o capital adquire ‘vontade férrea’; 3) o dinheiro, com

suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico; 4) os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e da acumulação do capital; 5) o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada; 6) as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam (as vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos; 7) e o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores” (MÉSZÁROS, 2002, p. 180). O sociometabolismo do capital reproduz os territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata como sua expressividade espacial.

A natureza evidencia a apropriação potencializada de capital - poder e espaço conformam territórios de troca que na

marcha neoliberal da restauração do poder de classe sinalizam novos ajustes espaciais que intensificam a apropriação privada do espaço (território) resultado das mediações no âmbito das relações sociais de produção e reprodução.

Subordinar densamente o valor de uso ao valor de troca (uma das mediações de segunda ordem<sup>6</sup>) em todas as dimensões sociais comporta a lógica  $D - M - D'$  e  $D - D'$  como objetivação universal da sociedade capitalista. A virtual mundialidade do espaço é a objetivação da mundialidade do território, a geografia do sistema do capital produz e é produzida pelo território que universaliza o valor de troca, o fetichismo e a alienação.

O fixo territorial para as contradições do capitalismo ensina que agora o espaço aniquila o tempo. De que forma? O tempo de giro do capital (e outras temporalidades advindas) nos leva a confirmar o que dissera Marx e Engels, que a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente as relações sociais. Qual o fundamento dessa revolução? Reconverter

as contradições do capital a partir do território em possível reposição da mais-valia, através da exportação do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo financeirizado subverte o tempo, mas se realiza primordialmente nos espaços geográficos em que a especulação garante (e forja) o lucro.

As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade o que no destino dos países atrasados. Açotado pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história de [...] nenhum [...] país de avanço cultural atrasado [...]. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado (TROTSKY, 2007, p. 21).

O território dos camponeses e indígenas no México seguindo o curso do

<sup>6</sup> As mediações de segunda ordem são elementos estruturantes da sociabilidade capitalista que foram historicamente desenvolvidos pelo sistema do capital para ampliar sua condição dominante entre as distintas formações econômico-sociais, acentuando o caráter totalitário da reprodução ampliada, do lucro, da mais-valia (absoluta e relativa), viabilizando, na medida em que as forças produtivas e relações de produção seguem seu curso histórico, a marcha de universalização do valor de troca (de totalização histórica do capital). Ver Mészáros, Para Além do Capital, São Paulo: Boitempoeditorial, 2002, capítulo 4.



desenvolvimento desigual e combinado foi inserido no circuito da troca (da mais-valia), mercantilizaram suas terras para submetê-los à divisão social do trabalho e romper com as relações sociais tradicionais inserindo-os na sociabilidade dos imperativos da troca.

O que é próprio e característico dessa sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas estavam acostumadas a ser. Por que o capitalismo faz isso? O capitalismo faz isso para incluir. Por que é que precisa incluir? Porque ele precisa transformar cada ser humano, não importa a cor, altura, tamanho, peso, beleza, em membro da sociedade capitalista. Há duas portas para se entrar nessa sociedade. Uma é a porta mais geral da transformação de todos em produtores e consumidores de mercadorias. Tudo tende a ser reduzido a mercadoria. Essa redução de tudo a produtores e consumidores de mercadorias significa que todos, para se integrarem na sociedade capitalista, devem ser transformados em trabalhadores ou, então, em compradores de força de trabalho. Em segundo lugar devem ser todos transformados em consumidores dos produtos produzidos por essa mesma sociedade [...]. O que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietária de uma única coisa: a sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês [e do indígena] não está simplesmente em sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de

vendedor da força de trabalho. Se alguém vai comprar essa força de trabalho, já é outra história (MARTINS, 2003, p. 120 – 121).

Os *ejidos*<sup>7</sup> mexicanos foram postos à venda pelo governo do país após pressões que faziam parte das negociações de adesão ao Nafta, o artigo 27 da Constituição mexicana foi alterado sendo promulgado em 6 de janeiro de 1992, a partir daí os *ejidos* puderam ser expropriados pelo Estado e vendidos à iniciativa privada ou aos grandes latifundiários. “[...] Na prática, com esse ato, o governo mexicano assina a sentença de morte das comunidades indígenas de Chiapas” (GENNARI, 2005, p. 26 – 27).

Marx e Engels (2005) no Manifesto chamavam a atenção para o caráter universalizante da sociedade burguesa, uma obra em que a dimensão geográfica é extremamente reveladora das possibilidades de reificação que a marcha do desenvolvimento burguês opera nos territórios que emergiam para abrigar a valorização do valor.

---

<sup>7</sup> “*Ejido* é uma forma de posse coletiva da terra, criada no processo de reforma agrária que a elite mexicana vai viabilizar para conter as pressões dos camponeses após a tentativa revolucionária de Villa e Zapata. Com a existência legal garantida pelo artigo 27 da Constituição mexicana, as áreas dos *ejidos* não podem ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas. Por isso, quando uma família sai de uma delas, os campos nos quais trabalhava voltam a comunidade. Esta vai cuidar deles, podendo ceder sua posse a eventuais novos moradores”. (GENNARI, 2005, p. 25 – 26).

Os desenvolvimentos das forças produtivas do capital ampliavam a conversão do espaço em território do trabalho abstrato, inserindo parcelas cada vez mais amplas do globo nas relações proletarizadas e monetarizadas constituídas pelo desenvolvimento das trocas e do comércio (P – D – C – C) garantindo a realização da mais-valia absoluta e relativa (daí o sociólogo José de Souza Martins [2003] alertar para o problema não da exclusão, apenas parcial na lógica capitalista, mas para o grave problema social e político da inclusão. Que tipo de inclusão a sociedade capitalista propõe aos seus trabalhadores? A inclusão aviltante via trabalho abstrato desefetivador e relações monetárias ampliadas intensa e metafisicamente).

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, a se tornar burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX & ENGELS In BOGO, 2005, p. 89).

A dimensão da reprodução das relações de produção na sociedade burguesa amplia suas bases territoriais rompendo das muralhas da China às fronteiras que se edificaram como contraponto ao imenso acúmulo de mercadorias, aparência da riqueza produzida pela sociedade capitalista<sup>8</sup>. No entanto, esse acúmulo de mercadorias que passou a ser arquitetado desde a acumulação primitiva dos tempos anteriores à revolução industrial (capitalismo comercial), pôde ser mantido pela produção e reprodução de arranjos espaço-temporais, de territórios que garantiam a realização da mais-valia, de desenvolvimentos geográficos desiguais que operavam possibilidades de superlucro (acima do lucro médio – MANDEL, 1985) e de garantir a maximização da taxa de lucro para os capitalistas. A contradição capital x capital se resolveria a priori nos termos da especificidade do desenvolvimento capitalista.

À lógica do desenvolvimento capitalista colocava a perda de parte substancial da produção do valor exposta na composição orgânica do capital e na produtividade crescente do trabalho. As condições e relações sociais dadas

---

<sup>8</sup> “À primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza. Mas, cada mercadoria se manifesta sob duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca” (MARX, 2007, p. 47).

passaram a antever a riqueza nos marcos da sociedade burguesa como uma riqueza abstrata, desubstancializadora do humano quando de sua produção. “Qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso constituem sempre seu conteúdo, que permanece em primeiro lugar, indiferentemente a essa forma” (MARX, 2007, p. 50). Mas o conteúdo da riqueza se perdeu na necessária universalização do valor de troca pressuposto no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. O primeiro salto mortal das mercadorias: desfazer-se de qualquer conteúdo social na sua forma imediata de existência e processualidade na sociedade.

O valor de uso por sua vez constitui a base material com que se manifesta o valor de troca. Os valores de uso são subvertidos, objetivando-se ininterruptamente em valores de troca.

O valor de troca aparece primeiramente como uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis. [...] Considerado como valor de troca, um valor de uso vale exatamente tanto quanto outro, contanto que se apresente em proporção conveniente. [...] Indiferentemente, pois, a seu modo natural de existência, sem se considerar a natureza específica da necessidade para a qual são valores de uso, as mercadorias, em quantidades determinadas, superpõem-se, suprem-se na troca, reputam-se como equivalentes e representam, assim, a despeito de sua variada aparência, a mesma unidade (MARX, 2007, p. 51).

O conjunto dos produtos da vida social é intercambiável, como coisa apenas, desaparece a força vital (músculos e cérebro) contida no hiato entre o fazer-se coisa (homem) e o fazer-se homem (coisa). O trabalho social que cristaliza as mercadorias escapa ao valor de uso e tem sua sociabilidade constituída no movimento do valor de troca. Enquanto valor de uso o trabalho social era percebido como essência na/para troca, na condição de valor de troca o dinheiro é percebido como tal essência. O trabalho social deixa de ser trabalho concreto para ser, nos marcos da regulação capitalista, apenas trabalho abstrato.

Os diferentes valores de uso são, ademais, os produtos da atividade de distintos indivíduos; quer dizer, o resultado de trabalhos que diferem individualmente. Como valores de troca, não obstante, representam trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria o valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato (MARX, 2007, p. 52).

O tempo de trabalho abstrato socialmente necessário passa a ser medida do valor contido nas mercadorias, a regulação rítmica que funda a lógica do tempo-espço da modernidade capitalista está calcada nesse tempo que é medida do valor e da riqueza abstrata que passa a ser exposta pelo dinheiro. Com a formulação

da lei geral da acumulação capitalista, Marx previa que os imperativos e regulação da mais-valia impeliam os capitalistas a buscar reduzir o tempo de giro do seu capital, aumentando a produtividade do trabalho, a tecnologia passa a ser uma possibilidade nesse contexto, o que por sua vez elimina não apenas postos de trabalho, mas tempo de trabalho na produção das mercadorias. A substância do valor se perde nos meandros da economia política do capital.

Nas três revoluções industriais, o Standard de produtividade foi levantado cada vez mais alto por meio da concorrência. Porém, quanto mais alta a produtividade, tanto menor a quantidade válida de trabalho representada por cada mercadoria e, portanto, tanto menor o valor desta. Aqui se manifesta a auto-contradição lógica do capitalismo: por um lado, a sua finalidade é a infindável acumulação de valor, por outro lado, é ele próprio que progressivamente retira a substância do valor das mercadorias. Historicamente esta contradição foi compensada pela expansão capitalista: quanto menor o valor de cada mercadoria, tanto mais mercadorias tinham de ser produzidas e vendidas. Mas está aqui estabelecido um limite interno lógico. A qualquer momento deixa de valer a pena entulhar o mundo com mercadorias. Juntamente com a substância do valor cai também o poder de compra, pois este é apenas um momento daquela. Na terceira revolução industrial a equação já não dá certo: ao desemprego global em massa corresponde a desvalorização interna das mercadorias. Com uma dose de substância do valor tornada homeopática, os produtos já são

autenticamente apenas bens naturais; pelo que só artificialmente podem ser forçados à forma do preço em dinheiro (KURZ<sup>9</sup>, 2008, p. 1).

A gênese da expansão do capital contém forte componente territorial, considerando que o aproveitamento dos desequilíbrios, na estrutura da produção e do mercado de trabalho capitalistas pressupõem diferentes formações econômico-sociais, que por experimentarem uma evolução diferenciada das forças produtivas apresentam setores de baixa composição orgânica, o que estabelece um conjunto de mediações que representam novo alento ao capital produtivo.

Lefebvre (2008) aponta para as possibilidades da exploração prospectiva dos territórios do urbano na sociedade capitalista, quando assinala que a construção das cidades absorve um *quantum* considerável de trabalho vivo, o que pode equilibrar a balança da composição orgânica, mas apenas adiando a contradição e apontando a dimensão territorial essencial à produção do capital, à reprodução das relações de produção, nas tramas do processo da exploração do trabalho.

---

<sup>9</sup> In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm>, acesso em 18/10/2008.

A compreensão dialética de Lefebvre (2008) aponta outro ponto chave na manutenção da sociabilidade capitalista: o que a acumulação de capital opera a partir do que se tornou escasso, das novas raridades. Eis os caminhos dos territórios do trabalho e da riqueza abstrata no bojo da reprodução ampliada do capital: primeiro ao produzir os parcelamentos, cuidava para que estes operacionalizassem a submissão histórica de tudo ao valor de troca e todo trabalho concreto apresenta-se como

trabalho abstrato com a intensificação da divisão social e territorial do trabalho capitalista<sup>10</sup>; posteriormente e a



Figura 1: Trabalhador na construção civil (Sebastião Salgado). Fonte: <http://www.sebastiaosalgado.com.br/>, acesso em 03/07/2009.

compreensão de que a riqueza nos marcos da mais-valia tende a abstrair-se para coincidir num momento seguinte com a

acumulação monetária desenfreada, tendo em vista que a substância do valor vai se perdendo junto com a queda da taxa de lucro, a riqueza não é abundância, é escassez e simulação monetária no âmbito do capital.

O território se rende a dessubstancialização do valor, se convertendo em títulos operados pelos gênios das maquinações financeiras (na expressão de Lênin), e em possibilidade de reserva e reprodução de baixa composição

orgânica, de trabalho abstrato; mobilidades distintas de capital e trabalho acompanham a reposição-recolocação funcional do tempo de

giro. O território, sob o capitalismo, é capital como condição e como meio de produção, é trabalho morto-abstrato agregado ao território representando mobilidade, produção e realização da mais-valia absoluta e relativa objetivada no consumo do/no espaço. O controle do território afirma o controle futuro do capital sobre o trabalho e as finanças. “Nesse sentido, a geografia complexa da

<sup>10</sup> “Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço [e o território], com o espaço [e o território], é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista” (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

acumulação *primitiva* [e a reprodução ampliada] revela a profunda hierarquização dos espaços, objetivando a espacialidade diferencial necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção” (MORAES, 2000, p. 51).

Contemporaneamente os sentidos do capital pós-Bretton Woods relacionam-se as possibilidades que os câmbios flexíveis colocam diante da dessubstancialização do valor de troca, quando as finanças passaram a representar o valor das coisas, e a apropriação do espaço convertido em território pela necessária sociabilidade capitalista (trabalho abstrato) transformou em valor monetário o território que passou a compor a riqueza abstrata, quando a renda da terra ganha dimensão negociável nas bolsas de valores via títulos de propriedade, commodities, ecoturismo, condomínios de luxo, periferias hi-tech, favelas globalizadas, condicionando o humano na reificação em escala ampliada.

Antonio Carlos R. Moraes<sup>11</sup> no estudo das bases da formação territorial do Brasil aponta essencialmente a importância da simbiose apropriação-valorização do espaço, na conformação de territórios, destacando que a expansão européia preparou as bases da circulação planetária, perenizando os fluxos que acabam por afirmar um mercado mundial, comandado

pelas determinações emanadas do centro do sistema. A circulação posta em marcha não diz respeito apenas às mercadorias, sobretudo se difundem novas relações e uma sociabilidade mercantil e monetária que acabam por destruir ou subsumir os sistemas locais tradicionais na periferia e no centro. A forma de relação e apropriação do espaço, a produção dos territórios entraram em sintonia com as determinações da contradição capital x trabalho, todos os territórios enquadraram-se na órbita do valor.

A criação de novas necessidades acompanha a tendência à valorização incessante do valor, conforme já apontara Marx. Nessa perspectiva é vital para o sistema do capital garantir que o dinheiro (enquanto transfiguração da riqueza abstrata e relação social fetichista representativa do capital) circule na forma de equivalente geral e na forma de relação posta na exploração do trabalho humano e por consequência viabilizando a produção e apropriação de sobretrabalho – aqui dinheiro e capital se aproximam.

Harvey (2006) refletindo acerca das condições objetivas que pressupõem a produção capitalista aponta que sob o capitalismo a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Uma vez garantidas as condições plenas da circulação garante-

<sup>11</sup> MORAES, A. C. R. de. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

se a realização do sobretrabalho, que na esfera produtiva é apenas potência. Entretanto a consolidação das esferas do processo de produção global do capital vê consolidar-se excessos de capital e trabalho não mais absorvíveis, cambiáveis, expressão da contradição trabalho vivo x produtividade do trabalho.

Supondo com Marx (2008, p. 281), num quantitativo de cem trabalhadores que percebem em libras esterlinas e produzam o valor global de duzentas libras esterlinas e mais-valia de cem libras, nesse caso a taxa da mais-valia  $m/v = 100\%$ . No entanto essa taxa de mais valia se expressa em taxas de lucro diversas, segundo o tamanho diverso do capital constante  $c$ , e por conseguinte, do capital Global  $C$ , pois é a taxa de lucro  $= m/C$ . Na base de uma taxa de mais-valia de 100% temos: 1) Para  $c = 50$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/150 = 66 \frac{2}{3}\%$ ; 2) Para  $c = 100$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/200 = 50\%$ ; 3) Para  $c = 200$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/300 = 33 \frac{1}{3}\%$ ; 4) Para  $c = 300$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/400 = 25\%$ ; 5) Para  $c = 400$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/500 = 20\%$ . Com o aumento do capital constante, decorrente dos imperativos de competitividade e do superlucro (MANDEL, 1985), paradoxalmente cai a taxa de lucro dos capitalistas, e mesmo que tal processo não ocorra em todos os setores, tendencialmente tal movimento da

economia capitalista tende a generalizar o processo de queda na taxa geral do lucro.

A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro. A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro, que, por conseqüência, tem de ir diminuindo (MARX, 2008, p. 283).

As respostas do capital a esta tendência (aos excessos de produção e de produtividade do trabalho) são de magnitude considerável: das guerras mundiais e de escalas variadas à destruição física de ativos e pessoas, à centralização e concentração do capital, à monetarização absoluta. A geografia da barbárie se instala no seio da contradição permanente da crise estrutural do capital. Em determinado

estágio do desenvolvimento das forças produtivas estas se tornam destrutivas, a crise se revela normalidade no sistema que produz excesso como subproduto do lucro, que passa a se constituir entrave, daí a tendência ao refugio que a economia política burguesa opera canalizado no departamento III<sup>12</sup>.

As pesquisas e levantamentos realizados por HARVEY (2001), demonstram como as reflexões marxianas a respeito da taxa de lucro se expressaram no centro do sistema.

A partir da segunda metade do século XX a produtividade do trabalho expandida e mesmo as crises no contexto do

binômio superprodução-subconsumo

acentuaram a lei geral da acumulação capitalista corroendo a cada passo da geografia histórica do capital os mecanismos de valorização incessante, o

fim em si mesmo<sup>13</sup> da roda capitalista continua sua marcha de esgotamento histórico, e ciclicidade nos termos da sociedade produtora de mercadorias como coloca o grupo Krisis:

Na esfera do trabalho não conta o *que* se faz, mas *que* se faça algo, pois o trabalho é justamente um fim em si mesmo, na medida em que é suporte da valorização do capital-dinheiro – o aumento infinito do dinheiro por si só. Trabalho é a forma de atividade desse fim em si mesmo absurdo. Só por isso, e não por razões objetivas, todos os produtos são produzidos como mercadorias. Pois somente nessa

forma eles representam o *abstractum* dinheiro, cujo conteúdo é o *abstractum* trabalho (KRISIS, 2003, p. 34 – 35).

Nos termos

dos fundamentos e dos mecanismos da roda-viva social

autonomizada, na qual a humanidade

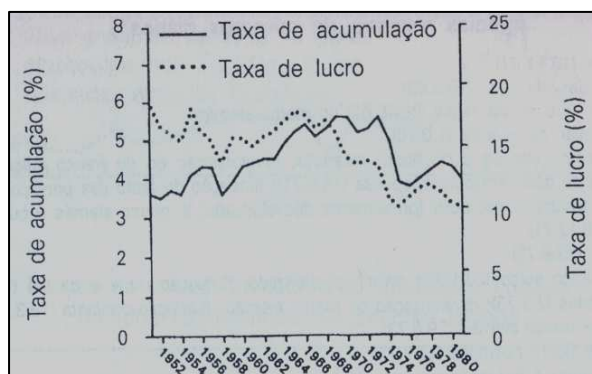


Figura 2: Taxas de acumulação e lucro nos países capitalistas avançados (1950 – 1982). Fonte: HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 10ª Ed. São Paulo: Loyola, 2001, p. 137. Adaptação: DUTRA JR, W. Novembro de 2009.

<sup>12</sup> Refiro-me aos ramos da produção capitalista que não entram no processo imediato de reprodução, não renovam nem o capital constante nem o capital variável, como exemplos podem ser citados a produção de artigos de luxo consumidos apenas pelos capitalistas, e o setor bélico de produção de armamentos.

<sup>13</sup> Termo utilizado pelo Grupo Krisis em seu Manifesto contra o Trabalho, refletindo acerca da sociabilidade do trabalho, e como a teoria social reflete sobre tal categoria sociologicamente e ontologicamente, posicionando-se criticamente em relação à centralidade do trabalho, mas considerando vitais as reflexões de Marx sobre o valor e as mercadorias. A ruptura com o sistema do capital, conforme o Grupo, precisa se redefinir para além do trabalho nos marcos do sistema do capital, nesse sentido acredita-se que as leituras desenvolvidas pelo filósofo húngaro Mészáros sobre os termos, a lógica e a ruptura com o tripé Estado-Capital-Trabalho são pertinentes diante da construção apresentada pelo Grupo Krisis.



moderna está presa (KRISIS, 2003), à primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa estará representada pelo imenso acúmulo de abstractum dinheiro (o fim em si), parafraseando Marx (2007).

As tendências desse acúmulo podem ser pensadas nos termos do que aponta a mundialização do capital. As últimas décadas do século XX indicam que o capitalismo empreende uma concentração de sua realização e reprodução no bojo acumulação monetária desimpedida; os mercados que emergiram desse contexto

negociam riquezas inexistentes<sup>14</sup> nas bolsas de valores.

Operando através dos fundos mútuos

e dos fundos de pensão a riqueza

representada pelo abstractum dinheiro, pelo capital fictício, opera territorializações abstratas, o capital se apropria privadamente do espaço conformando territórios que podem a qualquer tempo serem inseridos no âmbito da valorização

da/na esfera monetária e da produção da riqueza abstrata.

Acumular o abstractum trabalho que possa ser convertido em capital representado na forma-dinheiro (abstractum), eis o sentido geral do sistema do capital, os homens “[...] empobrecem no meio da riqueza” (KRISIS, 2003, p. 40).

Epidemia de superprodução e civilização em excesso conduz a sociedade burguesa ao estágio momentâneo de regressão à barbárie (MARX & ENGELS In: BOGO, 2005, p. 91), para

posteriormente retomar o reino da riqueza abstrata.

O historiador inglês Eric Hobsbawn

(*apud* Menegat, 2006, p. 112) expôs um dado

significativo: dos mortos da I Guerra Mundial, apenas 5% eram civis, já na II Guerra Mundial 66% o eram. Descivilizar na regulação do capital significa reoxigenar a rarefeita atmosfera do trabalho vivo, pois excesso de civilização significa que,

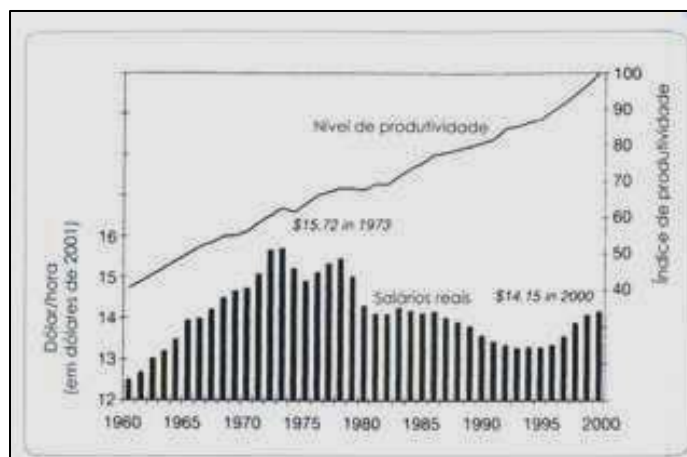


Figura 3: Ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos EUA (1960 – 2000). Fonte: HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008, p. 34.

<sup>14</sup> Dias antes da fusão entre os grupos Pão de Açúcar e Casas Bahia houve um aumento expressivo de ações de uma das empresas ligadas ao grupo do empresário Abílio Diniz (Pão de Açúcar) que foi pivô oficial dos trâmites jurídicos do acordo de fusão (fonte: <http://www.terra.com.br/>).

As forças produtivas de que dispõe não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornaram poderosas

demais para tais relações, sendo obstruídas por elas; e tão logo superam esses obstáculos, elas desorganizam a sociedade e colocam em risco a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas se tornam estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzida. Como consegue a burguesia superar as crises? Por um lado pela destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas; por outro através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa de mercados antigos. Através de quê, portanto? Da preparação de crises mais gerais e violentas e da limitação dos meios que contribuem para evitá-las (MARX & ENGELS, apud BOGO, 2005, p. 91 – 92).

Todo esse percurso de evolução das forças produtivas e revolucionar incessante dos instrumentos e relações de produção acentuaram as contradições do capital, refinando uma de suas bases mais efetivas: produção social e apropriação cada vez mais individualizada (nessa fase de mundialização). No futuro próximo a sociabilidade do capital se aprisiona, no fulcro do desvencilhar-se dos inconvenientes da produção material.

As bases da produção burguesa se reorganizam levando em conta o excesso (de capital e força de trabalho – trabalho morto) que, diga-se de passagem, torna-se cada vez mais difícil de ser eliminado por completo. O capital entesourado passa a recompor as prerrogativas de territorialização dos valores de troca.

Os territórios do trabalho abstrato, da dessubstância do valor e da riqueza abstrata

são agora expressos nos termos do papel da inflação permanente<sup>15</sup> na economia capitalista, do capital fictício e do endividamento estratégias que visam amenizar os problemas de realização da mais-valia (da queda na taxa de lucro), de perda de valor e garantir níveis de institucionalidade que possam assegurar ao capital o domínio futuro da força de trabalho, impossível de se tornar completamente eliminável no jogo da produção e da sustentação da riqueza abstrata.

A evolução e a natureza do endividamento contemporâneo nas economias capitalistas objetivam garantir uma demanda efetiva para realizar o valor das mercadorias, estando associado

---

<sup>15</sup> [...] os grupos mais importantes do capital monopolista e dos governos imperialistas optaram, um após outro, pela inflação permanente institucionalizada, como um dispositivo para superar ou impedir crises econômicas cataclísmicas nas dimensões a que foi experimentada em 1929/1932. A “revolução” da economia política burguesa inaugurada por Keynes foi uma expressão ideológica consciente dessa mudança de prioridades. [...] Tecnicamente falando, a inflação permanente começou a aparecer com a expansão do dinheiro bancário a partir do final do século XIX. O papel-moeda conversível (signo do ouro) era emitido como um meio de garantir o crédito de circulação no século passado. [...] Mas a “revolução keynesiana” não transformou apenas a forma, mas também o conteúdo da criação de dinheiro. O dinheiro bancário, ou depósitos mais saque a descoberto, em contas correntes bancárias, passou a ser a principal fonte de inflação. [...] A inflação permanente é hoje a inflação permanente da moeda escritural, ou da forma de criação de dinheiro própria do capitalismo tardio para facilitar a reprodução ampliada a longo prazo (meios adicionais para a realização da mais-valia e para a acumulação de capital) (MANDEL, 1985, p. 292 – 293).

também aos aportes necessário à produção e consumo de dinheiro abstractum (capital fictício). A própria mundialização da dívida demonstra o caráter do desenvolvimento geográfico desigual das necessárias demandas pressupostas pela reprodução ampliada do capital.

FIORI (1997)<sup>16</sup> captou a essência conjunta na marcha da realização da mais-valia e do abstractum dinheiro na seguinte assertiva: aos condenados da Terra, o equilíbrio fiscal. Os pacotes de ajustes capitaneados

pelas IFIs<sup>17</sup>

lançam-se para

os mais de

setecentos e

cinquenta

milhões de

‘excluídos’ no

mundo, e os

discursos que

emanam do

G7 e do fórum

econômico de

Davos reafirmam como solução a incansável busca por mundializar esse equilíbrio fiscal.

Com o esvaziamento histórico do acordo de Bretton Woods o desenvolvimento capitalista não atinge

mais as mesmas cifras do pós-guerra, e as reformas impostas traduzem-se numa ofensiva do capital contra o mundo do trabalho (classe-que-vive-do-trabalho).

O resultado desse movimento nos é apresentado como uma intensificação da dialética da dependência, talvez não mais restrita às fronteiras da América Latina e dos países do Sul, mas como uma tentativa desesperada do capital em encontrar trabalho vivo a essa altura do desenvolvimento de suas forças produtivas,

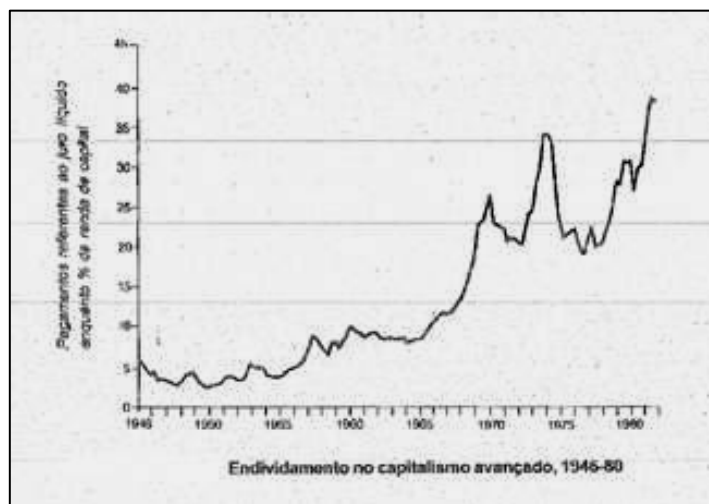


Figura 4: Endividamento no capitalismo avançado (1946 – 1980).  
Fonte: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006, p. 140.

o que acentua ao lado da centralidade do trabalho a centralidade do capital fictício (e da riqueza de fundamentação o abstrata).

O gráfico demonstra

como a

riqueza capitalista (representada pelo PIB mundial) coaduna com a lei geral apontada por Marx. Observa-se como comportamento geral do PIB na escala mundo um declínio nos quarenta anos apontados acima (de 1961 a 2003), período em que se enquadra a era de ouro do sistema do capital no contexto do pós-guerra.

<sup>16</sup> FIORI, J. L. Os moedeiros falsos. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1997, pg 79 – 88.

<sup>17</sup> Instituições Financeiras Internacionais: fundamentalmente FMI e Banco Mundial.

É possível visualizar a forma contemporânea da contradição capital x trabalho, no âmbito da lei geral e da mundialidade da dialética da dependência se nos atermos à relação entre o aumento de produtividade e a corrosão dos salários nos EUA (figura 3), que configura uma das formas possíveis de contratendência a queda no lucro e aos empecilhos na realização da mais-valia.

na geografia política e na economia política do capital.

Porém a especificidade desse desenvolvimento continua a apresentar 40 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, desses 20 milhões estão em solo europeu, e 5 milhões na Alemanha. Na Índia há não menos que 336 milhões de desempregados e tantos milhões sob condições de precariedade. A economia mexicana, desde a operação de salvamento

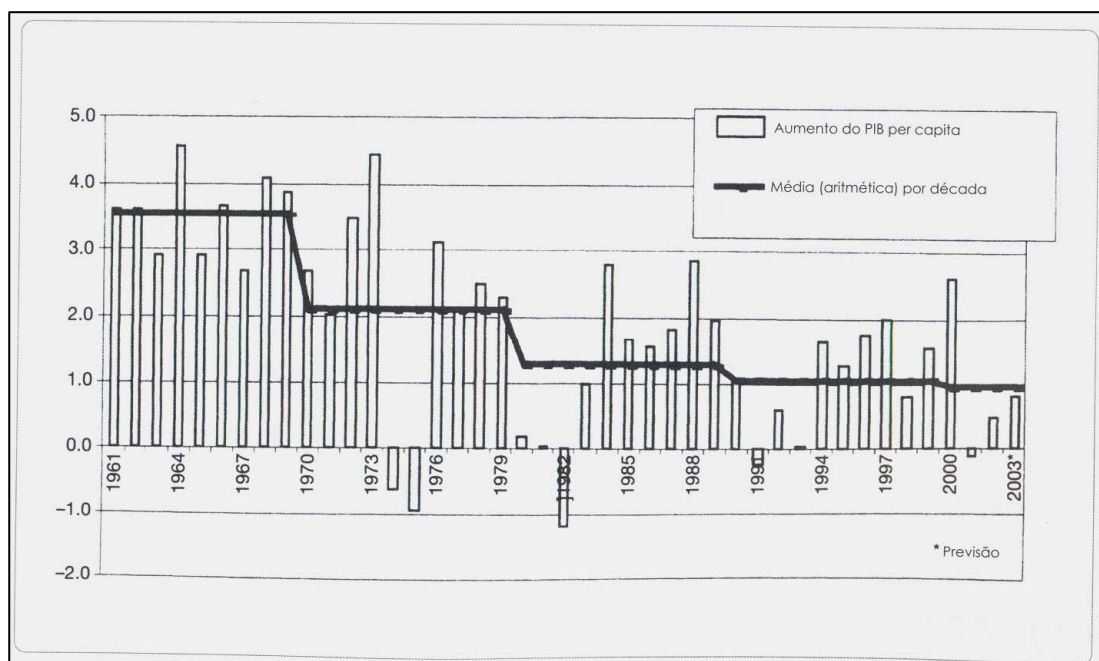


Figura 5: Taxas globais de crescimento anual e por década, 1960 – 2003. (Legenda: as colunas representam o aumento do PIB per capita e a linha representa a média aritmética por década). Fonte: HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008, p. 167.

O trabalho atípico e precário (VASAPOLLO, 2006) vem demonstrando a face destrutiva do sistema do capital, o próprio destaque aos novos termos da dependência de certa forma demonstra os limites do próprio desenvolvimento geográfico desigual, utilizado em larga medida para sanar os problemas estruturais

do FMI experimentou 25 mil pequenos negócios que foram à falência, dois milhões de trabalhadores que perderam seus empregos no mesmo período, e a queda em 40% dos salários (medido em dólar). O FMI elogiou a Hungria por estabilizar o desemprego na cifra dos 500 mil, mas em termos de equivalência para a pequena população húngara, isso representaria 6,5

milhões de desempregados na Inglaterra e outros 8 milhões na Alemanha. Mesmo a China com a sua economia politicamente controlada um relatório confidencial do Ministério do Trabalho naquele país, chamou a atenção do governo para possíveis e iminentes explosões sociais tendo em vista que o desemprego no país atingirá o assustador número de 268 milhões. Nos EUA a taxa de pobreza em 1998 apresentava sete anos de crescimento ininterrupto, aproximadamente 50 milhões de norte-americanos (19% da população) vivem abaixo da linha da pobreza (MÉSZÁROS, 2007, p. 28 – 31).

Diante de todas as mudanças estruturais no sistema do capital, com a acentuação de muitas das tendências expostas desde o século XIX por Marx e Engels, alguns teóricos desenvolveram reflexões sobre o fim do trabalho ou da centralidade do mesmo.

Até o presente por mais que se possa observar o desenvolvimento das finanças a acumulação do capital não prescinde por completo da mercadoria capaz de valorizar o valor, conforme interessantes indagações de ANTUNES (2003):

O que se passa, então, com o mundo real do trabalho? Da General Motors à Microsoft, da Benetton à Ford, da Toyota ao McDonald's, será que o mundo produtivo e de serviços não mais carece de trabalho vivo? Este teria se tornado mera virtualidade? É ficção que a Nike se utiliza de quase

100 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, recebendo salários degradantes? (p. 159).

O trabalho social se torna cada vez mais complexo e heterogêneo, conhecendo uma intensificação nunca dantes vista para que tal fato tenha rebatimento sobre o tempo de giro, o que não elimina a interação entre trabalho vivo e trabalho morto, todavia repõe as dimensões da produtividade do trabalho contemporaneamente intensificando as formas de exploração e extração de trabalho excedente, a superexploração apontada por Marini, rompe as fronteiras da relação centro x periferia.

### **3. A MOBILIDADE DO CAPITAL E DO TRABALHO NOS TERRITÓRIOS DO CAPITAL: UMA OUTRA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA.**

A tendência atual da produção capitalista mundializada ampliou para todas as esferas da sociabilidade capitalista e o (abstractum) dinheiro como fundamento central do fim em si da sociedade produtora de mercadorias.

Esse processo por sua vez foi uma resposta que as classes burguesas desenvolveram, tornando as próprias mercadorias cada vez mais ocas de valor no

sentido da perda de trabalho vivo ao longo da estruturação da riqueza capitalista. O excesso de mercadorias não significa em razão direta criação de valor, restando por supérfluo os fundamentos com os quais operam os capitalistas, que passam então a desviar para outra esfera a garantia de lucro.

A esfera do capital que gera *capital*<sup>18</sup> (isso é possível nos termos da produção capitalista? Considerando que capital é trabalho aprisionado segundo uma lógica de reprodução da vida material que envolve sobretrabalho associado à alienação em primeira instância), o capital portador de juros e o capital fictício (D – D') se efetiva muito mais como possíveis formas de contratender ao que se apresentou serem as linhas gerais da produção do capital: um sistema extremamente contraproducente, hoje assentado numa espécie de metafísica do valor de troca preso no dinheiro.

O capital, no entanto não é apenas resultado da produção capitalista é a construção de sua universalização. Universalizar a produção de mercadorias requer que os meios de troca, distribuição, circulação e consumo também sejam universalizados, o que requer arquitetar-se uma lógica de arranjos espaço-temporais que mantenham a reprodução ampliada e a acumulação de capital.

Os termos da dialética da dependência analisados por seu maior expoente Ruy Mauro Marini conservam atualidade e se redesenham sobre o domínio do abstractum dinheiro e da forma atual da composição orgânica do capital. O centro do sistema agora experimenta a sua peculiar dialética da dependência, de que forma? A produção dos desenvolvimentos geográficos desiguais na sua face latino americana, exposta pelas análises de MARINI<sup>19</sup> (2005), entre outros fenômenos atestou a utilização em larga medida da superexploração do trabalho na geografia histórica do capital na América Latina, identificando três mecanismos desse processo: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Dado a conjuntura da acumulação flexível que se instala com a reestruturação produtiva do capital essa tendência ganha o centro do sistema capitalista deixando de ser destaque na América Latina e expondo a natureza do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2001).

O próprio Harvey (2001, p. 140) aponta que, a acumulação flexível se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e

<sup>18</sup> No sentido de que parte da mais-valia é reposta na reprodução ampliada, consumo produtivo, dinheiro reconvertido em capital.

<sup>19</sup> STÉDILE, João Pedro. & TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

padrões de consumo, caracterizando-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Destaca ainda que a acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando um expressivo movimento no emprego no chamado setor de serviços (que impele os trabalhadores a esticar suas jornadas de trabalho para garantir sua reprodução, enquanto força de trabalho – os salários são corroídos concomitantemente ao aumento da produtividade – figura 3). Em termos históricos a expressão desse movimento ganha contornos cada vez mais nítidos enquanto ofensiva do capital contra o trabalho.

A geografia da reestruturação produtiva do sistema do capital corresponde a novas configurações territoriais da P – D – C – C, dentro da crise, na produção e realização do valor, nessa senda a ofensiva do capital contra o trabalho busca garantir meios em que se possa constituir a produção da mais-valia. A força que adquire a flexibilidade e a mobilidade contemporânea do capital reconstruiu um novo significado para o exército de trabalhadores reserva. Conforme observou Marx nos Manuscritos

de 1844: o trabalhador ao produzir mercadorias produz-se a si mesmo como mercadoria e na razão em que produz mercadorias no geral, com a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias o humano (força de trabalho – e ontologicamente) se esvazia nos labirintos do capital, assim como o território experimenta o controle das finanças (do abstractum dinheiro) no jogo da produção capitalista (e da territorialização do capital – territorialização [da riqueza] abstrata?).

[...] o capital financeiro [...] domina o mundo econômico de hoje; definindo-se assim enquanto capital financeirizado, que se reproduz miticamente através de uma bolha financeira, pois o capital produtivo se reduz drasticamente. Portanto, o domínio do capital financeiro não é somente uma nova face da riqueza, ele representa a crise da riqueza real, ele [...] diz representar o capital produtivo, mas não chega à produção [...], não produz riqueza real (valor). [...] O capital tenta adiar o aprofundamento da crise, transferindo a produção, o comércio e a força de trabalho disponível para outros países, investindo nesses lugares [...], impondo a lógica das finanças internacionais. Portanto, a crise é transportada para todo lugar (DAMIANI<sup>20</sup>, 2006, p. 39 – 40 *apud* VOLOCHKO, 2008, p. 25).

<sup>20</sup> Trecho de O Futuro do Trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e lucro. In: VOLOCHKO, D. A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital. São Paulo: Labor Edições, 2008.

No lastro da perda de valor e do adiamento da crise estrutural é possível perceber a condição latente da lógica territorial contemporânea, que se estrutura para proporcionar ao capital formas diversas de apropriação do trabalho, mesmo no limiar da financeirização a economia, que para manter suas formas fetichistas impõe à classe trabalhadora o preço da riqueza abstrata e o abstractum dinheiro, se desloca de sua função de equivalente geral para autovalorizar-se.

Todo o conteúdo da acumulação capitalista revela suas bases de reprodução assentadas no sobretrabalho, apesar do avanço de formas pretensamente alternativas aos desígnios do trabalho humano a produção capitalista, ainda não logrou êxito completo nesse aspecto. Desenvolveram-se formas extremadas de apreender o valor para além do chão da fábrica, eis as finanças e seu papel. Como ressalta Damiani (op. cit.): “[...] o que ocorre é que este Dinheiro Financeiro é pago com o endividamento do Estado, sem, portanto, ter realizado valor através do trabalho. Quando o capital financeiro retira-se do território nacional, o Estado e a sociedade [leia-se classe-que-vive-do-trabalho] ficam com a dívida e com a crise social” (2006, p. 40 *apud* VOLOCHKO, 2008, p. 25).

As próprias tendências concentracionistas que compõem a

regulação capitalista a fim de reproduzi-la ampliadamente supervalorizam o abstractum dinheiro, que na esfera do território garante riqueza e renda, no movimento de captura de ativos que os desníveis de desenvolvimento permitem, todavia a dimensão ampliada do valor do dinheiro (dólar) na economia capitalista está calcada no poder imperialista político-militar dos EUA na escala mundo.

Do dólar-ouro passou-se ao dólar-armamento como ressalta KURZ (2008, p. 3), tendo em conta que a crise monetária dos anos de 1970 terminou sem grandes prejuízos visto que o dólar perde sua convertibilidade em ouro, mas mantém intacta sua função de dinheiro mundial, com tal processo assentado sobre um fundamento inusitado, a garantia não apenas jurídico-formal, mas militar por parte da potência imperialista, que mantém o mundo atrelado ao dólar pela força não apenas de sua posição econômica e de mercado consumidor, mas da sua incomensurável máquina de guerra (eis o lastro do valor no capitalismo contemporâneo?).

Qual a conexão entre os territórios da riqueza abstrata e a máquina de destruição do capital?

A crescente autonomia da territorialização do movimento D – D’ viabiliza ao capital financeiro deslocar a especulação com a taxa de juro para os



diversos territórios, onde ela possa ser elevada ao extremo. Evidentemente que, para a garantia desse movimento muitas vezes intervenções militares diretas foram necessárias<sup>21</sup>, e também a força policial para reprimir as classes trabalhadoras e funcionalizar o excesso de massa sobrando que requer certos níveis constantes de eliminação física, e da própria eliminação do capital (impossível de ser reconvertido à composição do valor nas esferas da circulação e do consumo), tais processos envolvem contradições e conflitos de classes de natureza diversa, daí as garantias da máquina de guerra relativas ao capital (fictício e suas demandas).

O capital fictício, no entanto, é uma demanda sobre trabalho futuro. Para a realização do seu valor, o trabalho futuro deve ser organizado de tal modo a assegurar uma taxa de retorno sobre o investimento inicial. De fato, o que acontece e que os problemas presentes são absorvidos mediante a contratação de obrigações futuras. Até o ponto em que o problema seja absorvido e não eliminado, o equilíbrio dinâmico representa deslocamento temporal contínuo por meio da formação acelerada de capital fictício. O volume de dívidas cresce e o trabalho futuro fica cada vez mais preso dentro de uma moldura de obrigações contratuais. Em algum

momento as dívidas têm de ser pagas. O momento exato depende do tempo de rotação do capital distribuído em infra-estruturas físicas e sociais específicas. No entanto, a formação acelerada de capital fictício – a verdadeira essência da espiral de desenvolvimento – significa que mais e mais trabalho vivo da produção corrente precisa ser entregues para saldar obrigações passadas (HARVEY, 2006, p. 139).

No ambiente decrescente da utilização/parcela do trabalho vivo na composição do valor das mercadorias como tal movimento não suscitar uma máquina de coerção? Um ambiente extremamente desigual do ponto de vista das contradições capital x capital e capital x trabalho em sua configuração espacial. Ressalta FIORI (2000, p. 24) que o historiador inglês Eric Hobsbawn estima que em 1800 a diferença de riqueza entre os países mais e menos pobres era de 1 para 1,8 e em 1913, na véspera da I Guerra Mundial, era de 1 para 4, mais recentemente, a economista norte-americana Nancy Birdsall estimou, que a relação entre a renda média do país mais rico e o mais pobre do mundo, que era de 9 para 1, no começo do século XX, chegando em torno de 60 para 1 no final do mesmo século; tamanha discrepância não se mantém sem o recurso à força.

No que concerne à contradição capital x trabalho Pierre SALAMA (2002, p. 29 - 30) apresentou os dados do Pnud que

---

<sup>21</sup> A recente inclinação conservadora e de extrema direita na política externa norte americana no contexto do governo George W. Bush com a guerra do Iraque confirmaram a essência do valor do dinheiro (dólar-armamento) e sua continuidade com o atual presidente Barak Obama expõe as inclinações e conjunturas da economia e sociedade capitalista contemporânea.

destacam: no final dos anos oitenta 20% da população mundial detém 82,7% do conjunto da renda, os 20% seguintes: 11,7%, e os 60% restantes apenas 5,6% da renda produzida em escala planetária. Esse último grupo encontra-se quase totalmente nos países periféricos. Essas desigualdades vão se acentuando anualmente. Entre 1960 e 1991 a parte dos 20% mais ricos passou de 70% para 85% e a dos 20% mais pobre baixou de 2,3% para 1,4%. Esse tipo de comportamento na distribuição da riqueza capitalista é que garante os níveis de mais-valia para a classe dos capitalistas, através da crescente pauperização das classes trabalhadoras.

Tais padrões migram no mesmo sentido da mobilidade do trabalho, que desloca trabalhadores para os países do centro do sistema buscando funcionalizar o exército de trabalhadores, reserva doméstica diante do novo corpus da produção de mercadorias. Assegura-se com isso a diminuição do grau de organização dos trabalhadores e a permissão sem maiores inconvenientes da constituição de territórios da riqueza abstrata: ‘nos EUA da década de setenta à década de noventa o segmento formado por 1% das famílias mais ricas logrou capturar 70% do total do aumento da riqueza familiar e viu aumentada sua renda em 100% no período’ (QUINJANO, 2000 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 36).

Ainda de acordo com PORTO-GONÇALVES (2006, p. 37) no último ano do século XX, cerca de 800 milhões de pessoas não tinham emprego assalariado, e entre o conjunto de trabalhadores precários e desempregados a cifra impressiona: é de aproximadamente metade da população do planeta, considerando-se que 3 bilhões de pessoas vivem com menos de dois dólares diários. As diversas formas de acumulação capitalista experimenta uma reformulação na distribuição de capital, de emprego, de produção, de renda, de bens e serviços em favor da absoluta hegemonia do capital financeiro. As transações cambiais do mundo saltam de 20 bilhões de dólares em 1970 para cerca de 1,3 trilhão de dólares no ano de 1999. Na periferia capitalista em 1983 os ganhos em bolsas de valores chegaram a cem bilhões de dólares, dez anos depois o montante já atingia um trilhão e quinhentos bilhões de dólares. Na potência imperialista mundial em 1980 os fundos de pensão, os fundos comuns, as companhias de seguros e os seguros de vida tinham em mãos ativos financeiros no valor de 1,6 trilhão de dólares, que conformava cerca de 60% do PIB norte-americano; em 1990, tais ativos já somavam algo em torno de 5,2 trilhões de dólares, 95% do PIB e, em 1993, eram mais de 8 trilhões de dólares, ou seja, 125% do PIB do país.

A consolidação do regime neoliberal na década de 1990 mostra nitidamente a propensão do sistema do capital, na conjuntura da acumulação flexível, em centrar sua acumulação de riqueza e capital (preponderantemente na forma-dinheiro) na esfera das finanças.

A financeirização generalizada e sua ideologia correspondente, o mercado como panacéia, turva-nos a visão de que há uma produção material que continua para além (e aquém) da alienação financeira. [...] As taxas menores de crescimento do capital produtivo na indústria, na agricultura e nos serviços, não nos enganemos, não significam que a produção material decresceu no período de globalização neoliberal. O informe do Banco Mundial de 2000 nos diz que em 1999 os países do Grupo dos 7, com apenas 12% da população mundial e 16% da superfície do planeta, produziam 65% da produção mundial, ou seja 3% a mais que em 1980 -62% (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 39).

Enquadrar forçosamente as periferias do sistema capitalista nos ditames da mundialização financeira requer imensos custos para as classes trabalhadoras, fortemente degradadas em todo o processo produtivo e mais ainda na fase em que se encontra o modo de produção dominante, fase em que decresce o valor de uso das mercadorias a níveis impensáveis e amplia-se o valor de troca capitaneado pela face totalitária das mercadorias ocas em sua representação mais coerente: o abstractum

dinheiro, e, por conseguinte a riqueza abstrata.

#### 4. PARA NÃO CONCLUIR

Nos padrões da geografia da acumulação capitalista os territórios passaram a servir aos preceitos da produção financializada de mercadorias, o que possibilita a objetivação do espaço apropriado no bojo da regulação capitalista, enquanto território do trabalho/riqueza abstrata. Do crescimento produzido sinonimicamente como desenvolvimento, o geógrafo da fome no Brasil - Josué de CASTRO assevera: todos os países do mundo são mais ou menos subdesenvolvidos<sup>22</sup> (2003).

Pode-se observar que o crescimento da produção, exposto acima, conforme Carlos Walter Porto-Gonçalves, não acompanha o ritmo do acelerado tempo de giro do capital na era das finanças, das mercadorias ocas e da ascendente circulação de dinheiro volátil no mundo, com isso revela-se a essência abstrata da produção de riqueza sob o sistema do capital, mantido à custas da

---

<sup>22</sup> In: CASTRO, A. M. (org.). Fome: um tema proibido – escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. A idéia exposta foi elaborada por Josué de Castro em 1972 como discurso pronunciado no Colóquio Sobre o Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia; sendo publicado em 1973 na revista O correio da UNESCO.

superexploração do trabalho, da volatilidade e mesmo das simulações que o capital financeiro promove, impondo uma lógica territorial que captura o máximo possível de trabalho abstrato e de monopolização da posse dos territórios, engendrando a renda absoluta em marcos distintos até então, e a produção de formas de controle e apropriação promovem o estranhamento, o fetichismo e a alienação espacial, fechando o ciclo da dominância completa da regulação capitalista quando os territórios se convertem na forma perversa de domínio e mobilidade direcionada do capital e do trabalho.

As bases territoriais da reprodução ampliada do capital (ou talvez muito mais da riqueza abstrata) objetivam funcionalidades de maximização a partir das próprias formas de produção e apropriação do território, e continuam engendrando assim a forma geográfica eminente da reprodução do sistema do capital: a propriedade privada.

As possíveis formas de ampliação, da espacialidade escalar, do capital via igualização-diferenciação geográfica, repõe a sociabilidade capitalista na objetivação do devir homem-natureza, com isso mantém além e aquém das crises a viabilidade da mais-valia dentro da contradição capital x trabalho, no entanto a sociabilidade capitalista transfigura o território amarrando-o na espiral da missão

histórico-espacial do capital: (re)produzir a geografia da universalização do valor de troca.

Resta para os geógrafos comprometidos com a luta anti-capitalista pensar e se por para além do capital, subvertendo a afirmação de Yves Lacoste: “Nem toda região montanhosa arborizada é Sierra Maestra”, afinal se a dialética da dependência se mundializa junto com as contradições do sistema do capital, que se mundialize o saber pensar o espaço para que a geografia se digne a contribuir com os trabalhadores do mundo na produção de outras “Sierras Maestras”.

## 5. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9º ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2003.
- CASTRO, J. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: CASTRO, A. M. (org.). **Fome: um tema proibido** – escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, E. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- DAMIANI, A. L. O Futuro do Trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e lucro. In: VOLOCHKO, D. **A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital**. São Paulo: Labur Edições, 2008.
- FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

- GENNARI, E. **EZLN: passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo. Ed. Loyola, 2004.
- HARVEY, D. Notas hacia una teoria del desarrollo geográfico desigual. In: **GeoBaires, cuadernos de Geografia. Apuntes de geografia y ciencias sociales. Teorias contemporâneas de la Geografia**. UBA-FFyL, Mayo de 2007. Edición, presentación y comentarios Vicente Di Cione.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2º Ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 10º Ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- KRISIS. **Manifesto Contra o Trabalho**. São Paulo: Conrad Editora, 2003.
- KURZ, R. **A desvalorização do valor**. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm>, acesso em 18/10/2008.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LÊNIN, V. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4º Ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2º Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).
- MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: BOGO, A. (org.). **Teoria da organização política: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mao**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3. Vol. 4, 5 e 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MELO, A. R. **A água no século XXI: crise ou escassez? Anais CD... V Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2004.
- MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2009.
- MORAES, A. C. R. de. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2002.
- TRASPADINI, R. & STÉDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Tomo 1. São Paulo: Sundermann, 2007.
- VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempoeditorial, 2007.

DUTRA JUNIOR, W. CONCEIÇÃO. A. L. A geografia da acumulação – reflexões acerca dos territórios, do trabalho abstrato e da riqueza abstrata. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 1, 30 junho 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada111/02wagnervalter1101.pdf>>. Acesso em: \_\_.\_\_. 20\_\_.